



APRESENTAÇÃO DO PROJETO 2024-2026

FINANCIAMENTO



COORDENAÇÃO E COFINANCIAMENTO



PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO E COFINANCIADORES



PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO E BENEFICIÁRIOS



RESUMO DA AÇÃO

DESIGNAÇÃO	<i>ERGUES – Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe</i>
COORDENAÇÃO E COFINANCIAMENTO	Associação Marquês de Valle Flôr (AMVF) Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)
PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO e COFINANCIADORES	Universidade de Aveiro (UA) Universidade de Évora (UÉ) Universidade Católica Portuguesa (UCP-FCSE) Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarem)
PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO e BENEFICIÁRIOS	Ministério da Educação, Cultura e Ciências (MECC) Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP)
FINANCIAMENTO	Cooperação portuguesa, através do Camões, I.P.
LOCALIZAÇÃO	São Tomé e Príncipe
DURAÇÃO	36 meses: 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026



OBJETIVO GERAL

Contribuir para a melhoria da qualidade, da equidade e da inclusão no sistema educativo de São Tomé e Príncipe (STP).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1.** Consolidar o ensino técnico-profissional de dupla certificação através de regulamentação e da diversificação de oferta formativa relevante para a empregabilidade jovem.
- 2.** Contribuir para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e de inclusão no Ensino Básico e Secundário através de materiais didáticos digitais.
- 3.** Promover o desenvolvimento das competências pedagógico-didáticas e digitais dos professores do Ensino Básico e Secundário através do reforço da capacidade institucional e de investigação da USTP.
- 4.** Reforçar a capacidade institucional do Ministério da Educação, por via da formação de quadros em matéria de planeamento, monitorização, avaliação e produção de estatísticas da Educação.



GRUPOS-ALVO

- Dirigentes e quadros técnicos do MECC (DGPIE; DEB; DESTP; DAE; DESC; Gabinete de E. Especial; D. de Educação da RAP)
- Professores dos 1º, 2º e 3º CEB e do ensino secundário (disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais/Biologia, Física, Química, Geografia, História, Educação Visual e Tecnológica e Artes Visuais)
- Professores e alunos de Educação Especial
- Docentes/investigadores da USTP

BENEFICIÁRIOS FINAIS

- Alunos do ensino básico e secundário (via geral e via técnico-profissional)
- Alunos com necessidades educativas específicas
- Estudantes dos cursos de formação de professores da USTP
- Comunidade educativa em geral

PERSPETIVA GLOBAL DA AÇÃO

PROGRAMA " ERGUES - Ensino e Reforma da Governação Educativa em São Tomé e Príncipe "	
Eixos de Intervenção, Resultados esperados e Actividades previstas	
EIXO 1 - Ensino Técnico-Profissional de dupla certificação	
R1	R.1 Cursos técnico-profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP criados e com condições de funcionamento
A.1	Elaboração/ atualização de legislação
A.2	Conceção de cursos técnico-profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP
A.3	Formação pedagógica de formadores das áreas técnicas
A.4	Preparação de infraestruturas e equipamentos para funcionamento dos cursos
A.5	Implementação de curso(s) em Lembá, Caué e RAP
EIXO 2 - Materiais didáticos digitais para o Ensino Básico e Secundário	
R2	R2. Materiais didáticos do Ensino Básico e Secundário atualizados e complementados com ferramentas digitais
A.6	Revisão/atualização de livros didáticos do Ensino Básico e Secundário
A.7	Produção de recursos digitais complementares aos materiais didáticos atualizados
A.8	Criação e implementação de laboratórios virtuais e remotos
R3	R3. Materiais didáticos digitais para a Educação Especial do 1º e 2º CEB criados
A.9	Adaptação/elaboração para a Educação especial de materiais didáticos digitais
EIXO 3 - Formação de professores e investigação em educação	
R4	R4. Formação inicial e contínua de professores melhorada pelo reforço da capacidade institucional da USTP
A.10	Desenvolvimento e consolidação de estruturas e dinâmicas de investigação em educação
A.11	Reforço do Sistema Integrado de gestão académica
R5	R5. Competências pedagógico-didáticas e digitais de professores do Ensino Básico e Secundário melhoradas
A.12	Dinamização de ações de formação contínua de professores em parceria com a USTP
EIXO 4 - Reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação	
R6	R6. Capacidade institucional do Ministério da Educação melhorada em matéria de planeamento, estatística, monitorização e avaliação da educação
A.13	Dinamização de ações de formação para pessoal do Ministério e outros agentes educativos que possam vir a trabalhar na área do planeamento, avaliação e estatística
A.14	Criação de uma plataforma informática de gestão de processos de avaliação e acreditação do ensino superior

BREVE ENQUADRAMENTO DA AÇÃO

1. A ação responde ao objetivo geral e aos eixos de ação constantes do convite à apresentação de propostas publicado pelo Camões, I.P., e foi desenhada considerando:

- a *Estratégia de Cooperação Portuguesa 2030 (ECP 2030)*;
- o objetivo 4 dos ODS: *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Garantir o Acesso a Educação Inclusiva de Qualidade Equitativa*;
- o *Programa Indicativo Multi-anual entre a União Europeia e São Tomé e Príncipe, 2021-2027 (PIM-EU-STP)*.

2. A pertinência da ação assenta nas seguintes premissas principais:

a) Perante os grandes desafios de desenvolvimento que se apresentam a STP, só uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa se pode apresentar como eixo estruturante de intervenção no setor da Cooperação para o Desenvolvimento.

b) O país tem registado progressos importantes no acesso à educação, com o alargamento da escolaridade para 12 anos (2013) e com a alteração da *Lei de Bases do Sistema Educativo* de 2018 (Lei nº 4/2018); os indicadores de acesso mostram que as matrículas têm aumentado em todos os níveis de educação e ensino, no entanto, apesar de as taxas de conclusão dos ciclos terem registado alguns progressos, continua a haver altas taxas de repetência e as avaliações aferidas de larga escala realizadas nos últimos anos para avaliar a qualidade das

aprendizagens (AALEB e AALES¹), têm revelado fragilidades nas competências das crianças e jovens ao nível da língua portuguesa e da matemática.

c) A oferta formativa de cursos do ensino técnico-profissionais de dupla certificação no ensino público é bastante reduzida, já que, em 2021/22, dos 10 423 alunos matriculados no ensino secundário, apenas 4% se encontrava a frequentar estes cursos.

3. A ação foi concebida para dar contributos para a construção de respostas para os seguintes problemas e necessidades do sistema educativo, identificados em diversas instâncias e documentos:

a) Falta de oferta formativa de ensino técnico-profissional que atraia os jovens e se torne relevante para iniciativas de empregabilidade na economia nacional e global.

b) falta de materiais didáticos para alunos e docentes e necessidade de revisão e atualização dos que existem (cf. Costa *et al.*, 2017; Fernandes, *et al.*, 2019).

c) aposta do Governo de STP na digitalização e conectividade em diversas áreas, pelo que importa que o sistema educativo acompanhe esta caminhada para a era da digitalização, apostando numa educação digital através da utilização de

¹ Relatórios disponíveis para consulta em <https://repositoriodigital.me.gov.st/categorias/estudos-relatorios-documentos-estrategicos>, na Secção Estudos e Relatórios, subsecção “Avaliações”
<https://repositoriodigital.me.gov.st/categorias/estudos-relatorios-documentos-estrategicos>, na Secção Estudos e Relatórios, subsecção “Avaliações”

meios tecnológicos nos processos de ensino-aprendizagem, de forma que estes possam contribuir para melhorar a qualidade da educação e a inclusão das crianças e jovens.

d) Necessidade de, no processo de digitalização e conectividade do sistema educativo, não se deixar para trás os alunos com necessidades educativas específicas, pelo que se terão de criar/adaptar materiais específicos para a educação especial.

Nota: para a utilização de ferramentas digitais é necessário: (i) dotar as escolas com alguns equipamentos e materiais para uma efetiva utilização dos materiais digitais em sala de aula; (ii) formar os professores para a sua utilização de modo a aproveitarem as vantagens dos materiais e ferramentas digitais. De salientar ainda que esta opção por materiais digitais poderá vir a rentabilizar o investimento já feito pelo PAISE-STP no Repositório Digital do Ministério da Educação, pois estes materiais e ferramentas poderão ser disponibilizados através desta plataforma.

e) Necessidade de continuar a reforçar a capacidade institucional da USTP, tanto ao nível da formação inicial como da formação contínua de docentes, processo para o qual é fundamental, na atualidade, a contribuição da investigação, nomeadamente em educação.

f) alguma ineficácia do ME no âmbito da sua capacidade de planificação, monitorização e avaliação da Educação, bem como na produção de dados estatísticos relevantes para efeito de sustentação, tanto das políticas educativas nacionais, como dos apoios e das intervenções dos Parceiros para o Desenvolvimento.

DESCRIÇÃO-SÍNTESE DA AÇÃO

EIXO 1 - Ensino Técnico-Profissional de dupla certificação

O Ensino técnico-profissional de dupla certificação está previsto no DL 27/2010 (Reforma do Ensino Secundário), através dos CEP (Cursos de Educação Profissional, 8^a e 9^a classes) e dos CSPQ (Cursos Secundários Profissionalmente Qualificantes, 10^a a 12^a classes). Todavia, a formulação da legislação em vigor, ao apresentar 7 CSPQ e respetivos planos de estudo, e ao não clarificar as condições, critérios e procedimentos para que estes cursos possam ser atualizados, e para que novos cursos possam ser legalmente criados, dificulta a criação de novas ofertas formativas, pelo que carece de revisão e atualização.

Complementarmente, considerando que a formação para o mercado de trabalho não se restringe, hoje em dia, ao mercado interno, nem à formação de dupla certificação, STP tem vindo a sentir a necessidade de se dotar de um Sistema Nacional de Qualificações que, para além de facilitar a comparabilidade e reconhecimento internacionais dos seus diversos níveis de formação, assegure a relevância e a qualidade das formações de índole (técnico-)profissional, e clarifique o papel das diversas estruturas e instituições nacionais nas diferentes modalidades em que este tipo de formação se pode realizar, bem como as sinergias que poderão existir entre elas.

Dando, assim, resposta à solicitação do Governo de STP, que aponta como impactos esperados deste eixo a redução do abandono escolar, com a conseqüente melhoria da taxa de

conclusão do ensino secundário, através da preparação de jovens com competências técnicas específicas e adequadas ao mercado de trabalho, o ERGUES propõe-se apoiar o Ministério da Educação na criação e implementação de um sistema nacional de qualificações e na atualização da legislação existente, de modo a melhor enquadrar legalmente a criação de cursos de dupla certificação adequados a Lembá, Caué e RAP, distritos e região identificados no convite à apresentação de projeto como aquelas a abranger.

Assim, para o **R1. Cursos técnico-profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP criados e com condições de funcionamento**, prevêem-se as seguintes atividades e ações:

Atividade(s)	Ações
<p>A1. Elaboração/ atualização de legislação</p>	<p>A1.1 Criação do enquadramento legal de um Sistema Nacional de Qualificações</p> <p>A1.2 Revisão e atualização do enquadramento legal dos cursos de ensino secundário de dupla certificação (atualmente integrado no DL 27/2010)</p>
<p>A2. Conceção de cursos técnico-profissionais de dupla certificação para Caué, Lembá e RAP</p>	<p>A2.1 Diagnóstico das necessidades de Lembá, Caué e RAP em matéria de ensino técnico-profissional</p> <p>A2.2 Elaboração de planos de estudo para cursos adequados às 3 regiões abrangidas</p>

<p>A3. Formação pedagógica de formadores das áreas técnicas</p>	<p>A3.1 Conceção de plano de formação acreditado pelo ME</p> <p>A3.2 Implementação de curso de formação pedagógica para formadores de áreas técnicas</p>
<p>A4. Preparação de infraestruturas e equipamentos para funcionamento dos cursos</p>	<p>A4.1 Diagnóstico das condições e recursos de Lembá, Caué e RAP para a implementação dos cursos</p> <p>A4.2 Elaboração e implementação de um plano de intervenção em infraestruturas e equipamentos</p>
<p>A5. Implementação de curso(s) em Lembá, Caué e RAP</p>	<p>A5.1 Divulgação e sensibilização dos alunos de 9ª classe para esta oferta formativa</p> <p>A5.2 Apoio à implementação do 1º ano de cursos em Lembá, Caué e RAP</p>

EIXO 2 – Materiais didáticos digitais para o Ensino Básico e Secundário

STP, em linha com o resto do mundo e também motivado pelos constrangimentos ao regular funcionamento das escolas que a pandemia da COVID-19 causou, deseja apostar na digitalização e conectividade a vários níveis, incluindo no que concerne à disponibilização de recursos didáticos digitais para professores e alunos, que tenham o potencial de contribuir para a melhoria das

aprendizagens. Por outro lado, ao solicitar um eixo de intervenção que designa de “revisão de materiais didáticos”, o Governo de STP parece partilhar da opinião de agentes educativos nacionais e de outros especialistas (cf. Costa *et al.*, 2017; Fernandes, *et al.*, 2019) de que os atuais livros didáticos a que alunos e professores têm acesso carecem de atualização.

Assim, nesta proposta prevê-se a revisão e atualização dos materiais didáticos existentes e que estão, atualmente, disponíveis em formato digital no Repositório do ME, complementando-os com a elaboração de novos recursos digitais, incluindo-se aqui a criação e implementação de laboratórios virtuais.

Na revisão dos materiais didáticos, para além do recurso a uma linguagem inclusiva, será prioritária a neutralização de (eventuais) estereótipos, quer em termos conceptuais, quer em termos metodológicos. O alinhamento com os valores de educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global permitirá reconhecer e salvaguardar a coerência dos materiais elaborados, eliminando todas as formas de discriminação (mesmo as mais subtis), contribuindo, assim, para o exercício de uma cidadania plena, livre de estereótipos, nomeadamente de género.

O **R2**. *Materiais didáticos do Ensino Básico e Secundário atualizados e complementados com ferramentas digitais (Português, Matemática, Química, Biologia, Física, Geografia, História, Educação Visual e Tecnológica e Artes Visuais)* concretizar-se-á, pois, através de:

Atividade(s)	Ações
<p>A6. Revisão/ atualização de livros didáticos do Ensino Básico e Secundário</p>	<p>A6.1 Revisão e atualização de livros didáticos do 1º e 2º CEB em formato digital</p> <p>A6.2 Atualização de livros didáticos de 3º CEB e Secundário em formato digital</p>
<p>A7. Produção de recursos digitais complementares aos materiais didáticos atualizados</p>	<p>A7.1 Produção de recursos didáticos digitais para o 1º e 2º CEB</p> <p>A7.2 Produção de recursos didáticos digitais para o 3º CEB e Secundário</p> <p>A7.3 Consolidação e desenvolvimento do Repositório Digital do ME para disponibilização dos recursos didáticos digitais</p>

Considerando-se que este é, também, o eixo com maior potencial de contribuir para o objetivo geral em relação ao reforço da equidade de acesso a uma educação de qualidade, importa:

- por um lado, acautelar as dificuldades materiais de uma grande parte dos alunos, professores e escolas em aceder a equipamentos e serviços que permitam a utilização regular de recursos digitais (daí a proposta de trabalhar para atualizar e melhorar o conteúdo dos livros didáticos existentes que, apesar de também conhecerem limitações de distribuição, são a base de trabalho de TODOS; neste âmbito, será também relevante realizar

um diagnóstico, junto das escolas, relativo ao acesso à internet, equipamentos informáticos e níveis de literacia digital dos beneficiários, em particular dos professores);

- e, por outro lado, encontrar mecanismos de favoreçam a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos, nomeadamente (ainda que não exclusivamente) para as crianças com necessidades educativas específicas.

Por isto, propõe-se a adaptação (total ou parcial) para contexto de Educação Especial de materiais e recursos didáticos já existentes e que serão objeto de revisão/atualização, bem como a produção de novos recursos, pelo que para o **R3. Materiais didáticos digitais para a Educação Especial do 1.º e 2.º CEB criados** se preconiza:

Atividade(s)	Ações
<p>A9. Adaptação/ elaboração para a Educação Especial de materiais didáticos digitais</p>	<p>A9.1 Adaptação total ou parcial de materiais produzidos na Atividade 6 para contextos de Educação Especial</p> <p>A9.2 Revisão e atualização do livro didático de português para surdos (1º CEB)</p> <p>A9.3 Produção de manual avançado de português para surdos (2º e 3º CEB)</p> <p>A9.4 Atualização do Dicionário de Língua Gestual de São Tomé e Príncipe</p>

EIXO 3 – Formação de professores e investigação em educação

Assumindo que um “Ensino Superior de qualidade contribui para melhorar os desempenhos de ensino-aprendizagem, através da formação inicial e contínua de professores e da investigação em Educação”, e considerando que: 1) a USTP é, atualmente, a única IES são-tomense que disponibiliza formação de professores; e que 2) no âmbito do PAISE-STP se iniciaram dinâmicas de investigação em educação, contando com a participação ativa de docentes da USTP e elementos do ME nos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Rede de Investigação em Educação²; prevê-se que o Programa ERGUES dê continuidade a ações já iniciadas, em particular através de:

(i) assessoria à criação de uma unidade de investigação em “Educação e Desenvolvimento” no Centro de Investigação da USTP, incluindo fornecimento de equipamento(s) de suporte ao funcionamento do Centro;

(ii) apoio ao alargamento, desenvolvimento e consolidação da *Associação Rede de Investigação em Educação em São Tomé e Príncipe* (ARIIE-STP), organização sedeadada na USTP, que está em processo de formalização, e que conta com a universidade (a título institucional) e 6 dos seus docentes (a título pessoal) como “associados fundadores”.

2

[https://repositoriodigital.me.gov.st/files/download?f=app/public/files/May2023/UqP1L8ob4j3MTv07ywnB.pdf&fname=Compreender%20para%20agir:%20cinco%20estudos%20da%20Rede%20de%20Investigação%20em%20Educação%20–%20São%20Tomé%20e%20Príncipe%20\(PAISE-STP\).%20\[2023\]](https://repositoriodigital.me.gov.st/files/download?f=app/public/files/May2023/UqP1L8ob4j3MTv07ywnB.pdf&fname=Compreender%20para%20agir:%20cinco%20estudos%20da%20Rede%20de%20Investigação%20em%20Educação%20–%20São%20Tomé%20e%20Príncipe%20(PAISE-STP).%20[2023])

Adicionalmente, e na mesma lógica que subjaz ao Eixo 2 de que a digitalização e a conectividade são, atualmente, imprescindíveis ao funcionamento das instituições e dos processos educativos, propõe-se, também, a continuidade da intervenção realizada no PAISE-STP ao nível da melhoria dos serviços académicos da USTP, através do desenvolvimento e reforço, com novas funcionalidades, do Sistema Integrado de gestão académica (SIUSTP).

Quanto à formação contínua de professores em STP, esta tem estado sobretudo a cargo de parceiros do desenvolvimento e integrada nos projetos que desenvolvem. Esta situação contribui para alguma falta de sistematicidade e de coerência, em termos de políticas educativas, da formação que é disponibilizada aos professores, e só poderá ser revertida com uma maior assunção pela USTP de um papel mais ativo e sistemático na disponibilização de formação contínua. Promover, no quadro do ERGUES, a colaboração entre as 4 IES portuguesas parceiras de implementação e a USTP na co-preparação e na co-dinamização de ações de formação contínua para docentes dos vários níveis de ensino não superior, contribuirá, por um lado, para estimular e consolidar o papel da universidade enquanto entidade formadora e, por outro, para promover o desenvolvimento profissional do seu corpo docente que atua nos cursos de formação inicial de professores.

Este Eixo contempla, assim, dois Resultados: um mais diretamente ligado ao reforço da capacidade institucional da USTP e outro mais direcionado aos docentes dos Ensinos Básico e Secundário que virão a beneficiar das iniciativas de formação

continua a realizar. As atividades e ações propostas para cada um destes resultados são:

- R4. Formação inicial e contínua de professores melhorada pelo reforço da capacidade institucional da USTP

Atividade(s)	Ações
<p>A10. Desenvolvimento e consolidação de estruturas e dinâmicas de investigação em educação</p>	<p>A10.1 Assessoria técnica à criação e entrada em funcionamento de uma unidade de investigação em Educação e Desenvolvimento no Centro de Investigação da USTP</p> <p>A10.2 Apoio ao desenvolvimento e consolidação da ARIIE-STP da qual a USTP é membro</p>
<p>A11. Reforço do Sistema Integrado de gestão académica</p>	

- R5. Competências pedagógico-didáticas e digitais de professores do Ensino Básico e Secundário melhoradas.

Atividade(s)	Ações
<p>A12. Dinamização de ações de formação contínua de professores em parceria com a USTP</p>	

Importa referir que as temáticas a abordar através dos cursos de formação contínua se deverão relacionar, em particular, com o



âmbito de atuação do Eixo 2, visando-se, deste modo, contribuir para que os docentes fiquem melhor preparados para integrar os materiais didáticos a rever/elaborar nas suas práticas pedagógicas. Far-se-ão, também, todos os esforços para que, no desenho e implementação das formações, se contemplem atividades de acompanhamento e apoio aos docentes em sala de aula, reforçando uma prática já PAISE-STP e cuja manutenção surge na Recomendação nº 20 da avaliação externa a este Programa.

EIXO 4 - Reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação

Numa perspetiva em que se considera que quadros técnicos capacitados são uma mais-valia para a sua instituição, o ERGUES propõe-se realizar um conjunto de ações de formação, validadas pelo ME, em torno de temáticas como: O Planeamento Educativo para a Inclusão; a Gestão, Monitorização e Avaliação da Educação; Estatísticas aplicadas à Educação; Desenvolvimento de Indicadores de Qualidade. As formações serão orientadas por docentes das IES parceiras do projeto ou, se necessário, por outros especialistas, e terão como destinatários quadros técnicos e outros agentes educativos indicados pelo ME. O alargamento do público-alvo destas ações prende-se com a tentativa de assegurar que o sistema educativo poderá contar, no futuro, com um leque alargado de potenciais colaboradores capacitados nestas matérias, diminuindo-se, assim, o risco de

perda de conhecimento e experiência se/quando ocorrerem saídas dos técnicos do ME atualmente em funções.

Ao nível do Ensino Superior, e assumindo que a regulação dos processos de gestão, avaliação e acreditação é uma prioridade para o setor, preconiza-se a criação de uma plataforma digital que permita operacionalizar de forma eficaz e mais económica os processos de avaliação e acreditação que, atualmente, são assumidos pela direção deste nível de ensino. A plataforma ajudará a promover a internacionalização e o reconhecimento externo do ensino superior de STP, permitindo que a informação relacionada com os processos referidos chegue ao público interessado, contribuindo para a credibilização e transparência dos procedimentos.

O R6. Capacidade institucional do Ministério da Educação melhorada em matéria de planeamento, estatística, monitorização e avaliação da educação, concretizar-se-á, assim, através de:

Atividade(s)	Ações
<p>A13. Dinamização de ações de formação para pessoal do Ministério e outros agentes educativos que possam vir a trabalhar na área do planeamento, avaliação e estatística</p>	<p>A13.1 Dinamização de ciclo de Seminários sobre temáticas específicas relacionadas com a área de “planeamento, monitorização e avaliação da educação”</p> <p>A13.2 Realização de ações de formação contínua (curta e média duração) para</p>

	<p>aprofundamento de temáticas abordadas em A13.1</p> <p>A13.3 Dinamização de oficinas de formação sobre “Estatísticas da Educação”</p>
<p>A14. Criação de uma plataforma informática de gestão de processos de avaliação e acreditação do ensino superior</p>	<p>A14.1 Identificação dos processos e procedimentos previstos na regulamentação santomense para o desenvolvimento dos processos de avaliação e acreditação</p> <p>A14.2 Conceção da arquitetura e funcionalidades da plataforma</p> <p>A14.3 Construção e testagem da plataforma</p> <p>A14.4 Capacitação de técnicos</p>

METODOLOGIA DE TRABALHO

A ação proposta pretende dar continuidade e reforçar o recurso a uma metodologia já implementada no PAISE-STP³, de participação ativa de todos os intervenientes e, em particular, dos parceiros-beneficiários, nas atividades que serão desenvolvidas, de modo a que sejam, efetivamente, co-constructores dos resultados a produzir/alcançar. Como ficou patente nos casos em que, no Programa cessante, se conseguiu implementar esta estratégia com sucesso (cf. Matias et al., 2022), o trabalho ativo e colaborativo, potenciador da partilha e intercâmbio de conhecimentos e experiências e promotor do desenvolvimento pessoal e profissional em interação, tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento das competências dos beneficiários e para aumentar o potencial de apropriação, multiplicação e sustentabilidade dos resultados.

Fruto, igualmente, de experiências de colaboração anteriores, as entidades implementadoras da ação (AMVF; IMVF; UA; UÉ, IPSantarém; FCSE/UCP) visam evoluir de uma lógica de “assistência técnica” das IES (instituições de ensino superior) à AMVF, para uma lógica de trabalho em taskforces interinstitucionais, na linha da Recomendação nº 22 da avaliação externa ao PAISE-STP. Quer isto dizer que todos os parceiros estarão envolvidos, salvo em casos muito pontuais, nos vários eixos e atividades, contribuindo com os seus recursos humanos de modo a que os perfis de competências e a expertise de cada um

³ Programa de Apoio Integrado ao Setor Educativo de STP
(<https://www.imvf.org/project/paise-sao-tome-e-principe/>)

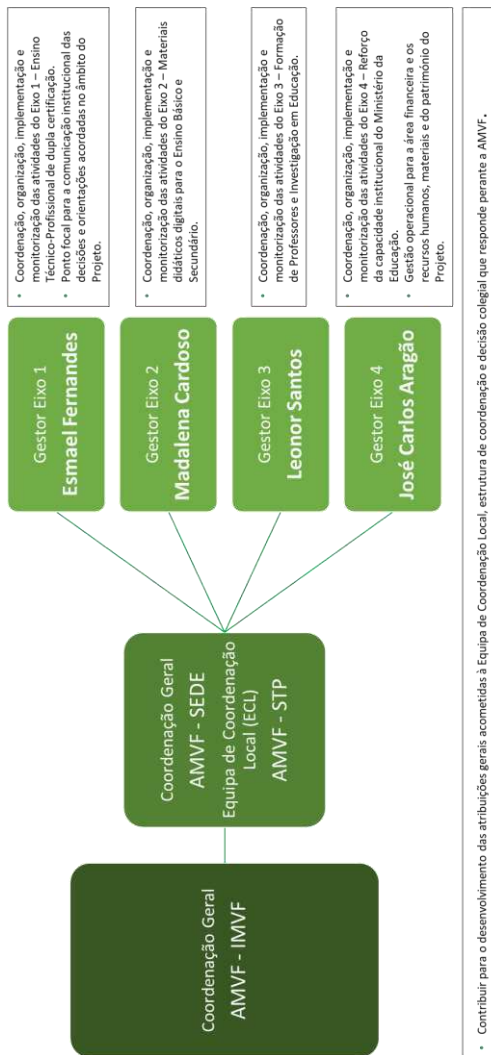


complemente a dos parceiros. Caberá à Equipa de Coordenação Local (orientada pela Coordenação Geral da AMVF) assegurar a coordenação e articulação destas *taskforces* – e a cooperação entre estas e os parceiros locais –, criando condições que facilitem um trabalho que se desenvolverá, maioritariamente, a distância, ainda que se prevejam deslocações regulares ao país em momentos-chave das atividades.

Em casos pontuais, poderá recorrer-se a assessorias técnicas externas, que deverão trabalhar sempre em estreita articulação com as *taskforces* e os parceiros locais.

No desenvolvimento da ação, prevê-se, assim, um forte e permanente envolvimento de agentes educativos nacionais – colaboradores nacionais – (incluindo, sempre que possível, a RAP). Como referido, esta estratégia pretende favorecer um processo de “capacitação em exercício” na qual os agentes nacionais se formam pela cooperação com as equipas das entidades parceiras (cf. Matias et al., 2022).

ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO





COMO REFERENCIAR

AMVF (2024). *ERGUES – Ensino e Reforma da Governação Educativa de São Tomé e Príncipe (2024-2026). Documento de Apresentação do Projeto*. Associação Marquês de Valle Flôr.

Estudos referenciados

(disponíveis em <https://repositoriodigital.me.gov.st/inicio>)

Borrvalho, A., Silvestre, M. J., Barbosa, E., & Latas. (2019). Plano de intervenção: melhoria das competências dos alunos em língua portuguesa e matemática. In ACES-STP (2019). *Apoio à Consolidação do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe - Relatório Final (anexo I)*.

Costa, N. (coord.), Lopes, B., Lucas, M. e Cabrita, I. (2017). *Relatório Final do Estudo de Avaliação Externa à Reforma do Ensino Secundário de São Tomé e Príncipe (2009-2016)*. Universidade de Aveiro.

Fernandes, D.; do Ó, J. R., Paz, A. L., & Almeida, M. M. (2019). *Avaliação das Competências dos Professores do Ensino Secundário de São Tomé e Príncipe - Relatório Final*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Matias, N. (coord.) et al. (2022). *Avaliação Externa ao Programa de Apoio Integrado ao Setor Educativo de São Tomé e Príncipe (PAISE-STP) – 2019-2022. Relatório Final*. PPL Consult.